

# Dízimo: um beco sem saída

João Carlos Cattelan  
Luciane Thomé Schröder  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

**Resumo:** *Este estudo busca analisar alguns painéis expostos numa igreja, que abordam o tema do dízimo, e desvelar uma estratégia discursiva posta em prática: ela não permite que o fiel diga não à contribuição. Os painéis estavam pendurados nas paredes em diversos lugares. Embora se trate de painéis, como dito, a análise considera apenas a constituição lingüística dos mesmos, sem atentar para a sua imagética ou para a sua distribuição espacial. O suporte teórico de análise é crucialmente ducrotiano e se vale dos conceitos de topos argumentativo e formas tópicas. Vale-se, ainda, das noções de encadeamento, pressuposição e inferência, já que é pela sua aplicação que se encontram os implícitos do discurso, responsáveis pela coação mencionada.*

**Palavras-chave:** *prática cultural; prática discursiva; dízimo.*

## INTRODUÇÃO

Certos temas são herméticos à sua interpretação, não porque sejam sofisticados ou não permitam a compreensão e a reflexão, mas porque se impõem como indiscutíveis; não se deve falar sobre eles, nem buscar elucidá-los. Tabu do assunto e das crenças, tão logo se fale sobre eles, não falta quem recrimine a ousadia de mexer com o indiscutível. O discurso religioso se situa neste cruzamento: seus caminhos impõem o silêncio, a ratificação, a negação ou a reflexão; este último sempre gera respingos sobre a ousadia da revelação e reprimendas à atenção, de acordo com Berger (2004, p.29), para com “assuntos que outras pessoas possam considerar demasiado sagrados ou demasiado repulsivos para uma investigação desapaixonada”.

Os conceitos, uma vez constituídos e repetidos em demasia, adquirem ares ontológicos, naturalizando-se e não mais sendo discutidos. Eles organizam a vida, gerenciam as atitudes e os comportamentos e servem como tópico de focalização, sem que o seu estatuto conceitual ou a sua natureza histórica sejam postos em discussão: não há mais por que defini-los: eles apenas podem ser predicados. Eles criam efeitos de entidades objetivas, nomeando coisas tidas como existentes. Um exemplo disto é o *dízimo*, forma de contribuição financeira feita às igrejas pelos fiéis.

O dízimo, tema deste estudo, encontra-se neste terreno pantanoso: pertence ao discurso religioso e é um conceito cuja origem social se perdeu: dupla dificuldade, que sinaliza para o abandono do atrevimento de falar sobre ele, alertando para os riscos de se refletir sobre tal objeto, dada a sua origem “grandiosa” associada ao poder e, portanto, ao tabu. *Quem é ele para dizer isto?* é a pergunta que muitos se fariam, se tivessem acesso a este texto. Embora se possa alegar não estar pondo em questão o discurso religioso ou a prática do dízimo, já que o objetivo é somente efetuar algumas reflexões sobre *painéis* com enunciados sobre o tema, não se pode deixar de antever que o que se irá afirmar pode acabar sendo atribuído também ao dízimo, enquanto conceito/instituição, e ao discurso religioso, enquanto prática discursiva e social.

Assim, já se explicitou o tema deste trabalho e o objeto a ser analisado. O que resta dizer é que não se quer contribuir para diminuir a fé de alguém ou para conduzir pessoas a abandonarem certas práticas ou partilharem certos valores. Tem-se apenas o objetivo de elucidar uma estratégia discursiva usada para seduzir pessoas a pagarem o dízimo. E é claro que as conclusões a que se chega valem para o material recolhido, o que significa que, em outros locais, as práticas discursivas sobre o tema podem ser outras: talvez mais sedutoras ou mais injuntivas, mas diferentes. O que se busca, neste caso, é penetrar “nesta cortina de fumaças verbais [...] pelas quais se atinge as fontes não admitidas e muitas vezes desagradáveis da ação” (Berger, 2004, p.52).

#### BREVE ALICERCE DE REFLEXÃO

Para analisar os *painéis* tomados como objeto de estudo, utilizar-se-á, de forma crucial, princípios formulados pela Pragmática Lingüística ducrotiana. Para Ducrot (1987), as operações de argumentação se encontram na língua, ou seja, determinados elementos lingüísticos materializariam orientações no sentido de como a interpretação deve ser feita, impondo conclusões a partir dos enunciados. A presença de modalizadores, indicadores atitudinais, índices de limitação, marcadores de pressuposição, dentre outros (poder-se-ia chamá-los de operadores argumentativos, embora este termo tecnicamente tenha um escopo específico), serviriam para impor uma direção à leitura.

Para o autor, ingredientes como o conectivo adversativo *mas* dirigem a interpretação, impedindo, neste caso, de concluir o que pareceria se impor “naturalmente” a partir do primeiro enunciado, contradito por aquele que é introduzido pelo operador de caráter contrajuntivo. Seja o exemplo *Ele foi à casa do seu amigo, mas não voltou*. Num contexto determinado, o enunciado poderia ser uma explicação para a ausência de alguém. À conclusão de que *já deveria ter voltado* permitida pela parte A do enunciado (*Ele foi à casa do seu amigo e se esperava que já tivesse voltado*), que poderia ser antevista pelo enunciador, o *mas* (operador argumentativo, neste caso) apareceria como negação, criando um movimento limitador que age sobre as possibilidades das inferências conclusivas do interlocutor.

Entretanto, à tese de a argumentação estar inscrita na língua, que, então, faria com que a orientação argumentativa dos enunciados fosse sempre a mesma, impondo conclusões universais aos leitores, mesmo que pertencentes a matizes culturais distintas, vai-se demonstrar que um mesmo operador pode levar a conclusões contrárias. Seja o exemplo *Ele é uma pessoa honesta*, em que o elemento que pesa para a produção do encadeamento é o índice de avaliação *honesto*. Este elemento pode conduzir a conclusões opostas, como *ele pode ser o nosso líder* ou *ele não pode ser o nosso líder*, dependendo de como a honestidade seja concebida. A honestidade, como se vê, pode pesar favoravelmente ou não em relação a quem a possui, não importando muito os ditames morais que um grupo hegemônico possa advogar. Embora se ache que ela é um valor universalmente desejável, ela pode não ser o que se busca. Parece claro, pois, que a argumentação não é apenas lingüística como Ducrot (1987) afirmava. E o próprio autor o admite, refazendo a sua perspectiva.

Em *Argumentação e Topoi Argumentativos*, Ducrot (1989) assume a contradição e a reelabora, ratificando-a, mas acrescentando, subsidiariamente, a defesa de que ela é produzida por referência a *topoi* argumentativos: lugares comuns argumentativos, cujos valores são universais, gerais e graduais. Universais, pois são partilhados por uma comunidade de crença; gerais, pois têm um princípio de aplicação que transcende uma ou outra situação aleatória; e graduais, pois podem ser submetidos a uma validação proporcional, do tipo *quanto mais, mais* e *quanto menos, menos*.

Um enunciado como *Ele é honesto, portanto pode ser eleito* tem como lugar comum argumentativo o princípio axiológico de que a

honestidade é um valor positivo, tendo este princípio um caráter de universalidade, porque é partilhado pelos membros do grupo que o tomam como valor ideológico, e de generalidade, porque se aplica como regra nos demais casos em que honestidade e elegibilidade estiverem relacionados. Ducrot (2000) lança mão da noção de Forma Tópica, para dar conta da graduação que se pode aplicar sobre a crença que sustenta o enunciado que serve de exemplo. Nele, as formas tópicas seriam  $FT_1 =$  quanto mais honesto, mais chance alguém tem de ser eleito;  $FT_2 =$  quanto menos honesto, menos chance alguém tem de ser eleito. É claro que se poderia afirmar que a reflexão contrária pode ser feita, dizendo-se que quanto mais honestidade houver, menos chance haverá de a eleição ocorrer, e quanto menos honestidade o candidato tiver, mais probabilidades de êxito existirá, mas aí se estará noutro *topos* argumentativo.

Sabendo-se que a argumentação se encontra na língua, mas por remissão a *topoi*, donde se infere a constitutividade entre o texto e o contexto e a natureza do enunciado como fato do discurso, resta tratar, brevemente, da noção de encadeamento, assim como exposta por Ducrot (1987). Para o autor, o enunciado, dada a sua materialidade argumentativa, conduz o interlocutor a afirmações implícitas, por meio do desdobramento inferencial que pode realizar tomando como referência o enunciado, os pressupostos em que ele se ancora e o *topos* de crença em que é veiculado. No exemplo acima, se enunciado no *topos* argumentativo adequado, não haveria necessidade de a conclusão *portanto pode ser eleito* ser explicitada: este encadeamento se faria naturalmente a partir de *Ele é honesto* pelos membros que comungam o princípio de crença que honestidade e eleição estão imbricadas, valendo-se, neste caso, do conhecimento que possuem acerca dos pressupostos comuns de crença que articulam o grupo social e o conjunto de inferências que, dado esse solo partilhado de conhecimento, estão autorizados a realizar. Em outras palavras, o *topos* argumentativo permite que, tendo como base afirmações explícitas, outras implícitas sejam realizadas.

#### O OBJETO DE INVESTIGAÇÃO

O *corpus* de dados deste estudo foi coletado, em forma de fotografias tiradas dos *painéis* que serão analisados a seguir, junto a uma igreja da cidade de Cascavel, no mês de março de 2007, sendo

que os painéis achavam-se expostos nas paredes da igreja desde o início do ano. Três deles se encontravam dispostos sobre a parede do lado direito e dois deles estavam apostos sobre a parede do lado esquerdo, o que poderia, quem sabe, levar à construção de uma hipótese de sentido sobre a escolha de tal distribuição geográfica. Por outro lado, ao invés de estarem colocados numa relação paralela sobre as paredes, todos ocupavam uma posição diagonal, sugerindo a construção de um triângulo em relação a elas, e quem os quisesse ler deveria deslocar-se até a frente dos painéis e, como de curioso sempre se tem um pouco, não se podia deixar de reconhecer o esforço que se fazia para se ter acesso aos dizeres de cada um. Por fim, como a sua localização incidia sempre sobre o vão de uma janela, o efeito do sol passando pelos vidros fazia incidir sobre eles uma coloração multifacetada, criando um efeito de divindade e sacralização que se sente ao se entrar em igrejas, cujas janelas são recobertas por vidros multicores que compõem cenas sagradas. Que tal distribuição possa ter sido feita de caso pensado é algo que não se pode afirmar categoricamente, mas se pode afirmar que a forma de os *painéis* estarem localizados no espaço produzia certos efeitos. De qualquer forma, este é um aspecto que não se discutirá mais demoradamente. Um outro aspecto, que também não se discutirá além da forma sumária com que ocorre aqui, diz respeito ao estilo de escrita e de linguagem utilizado, muito ao sabor da linguagem publicitária, que, em geral, é sintética e se vale de *slogans*: os *painéis*, constituídos por enunciados curtos, são grafados com letras grandes, geram pressuposições e inferências,<sup>1</sup> são polifônicos, têm os traços de enunciados de definição e se dirigem injuntivamente ao interlocutor, dando-lhe um único caminho de resposta: admitir que deve contribuir com a igreja por meio do pagamento do dízimo.

---

<sup>1</sup> A distinção entre pressuposição e inferência é bastante controversa. Porém, em geral, assume-se que são afirmações implícitas pelo enunciado e que a diferença entre elas reside no fato de uma ser desencadeada por marcas lingüísticas e a outra por imposições contextuais ou culturais. Assim, *Pedro parou de fumar* obriga a pressupor que *ele fumava antes* e permite inferir que *ele seja inteligente* ou *tenha cuidado com a sua saúde*, por exemplo. Como a diferença entre estas duas noções não é crucial para este estudo, assume-se que tal distinção seja suficiente.

## DÍZIMO É X E NÃO Y

Todo enunciado veicula um direito e um avesso, uma afirmação e uma negação (ou vice-versa) ou, em termos bastante gerais, afirmações explícitas e implícitas. Não há, pois, como ler um enunciado sem buscar perceber que leitura de mundo ele realiza e que outros efeitos de sentido ele ratifica ou nega, já que ele não se constitui por encontrar a sua própria voz, mas pelo contágio de enunciados alheios tornados seus e pela recusa de vozes destoantes que é conveniente manter a distância: preferencialmente, em silêncio. Assim, um enunciado é o que ele afirma ser (e o conjunto de pressupostos e inferências que ele permite derivar como adequados discursivamente) e não é o que ele nega ser (e o conjunto de pressupostos e inferências que ele não permite derivar como adequados discursivamente); ou melhor, ele é aquilo e isto (não sendo isto): um enunciado, nesse sentido, funciona dentro de um “campo de força societal” (Thompson, 1998, p.69), porque os segmentos sociais em contato num espaço discursivo “precisa[m] um do outro, vigia[m]-se mutuamente, representa[m] o teatro e o contra-teatro um no auditório do outro, modera[m] o comportamento político mútuo” (p.57).

Isto permite afirmar que um enunciado diz mais do que leva a crer. Ele é feito de dizeres parcos e esparsos, mas se alicerça num terreno de pressupostos opulentos que não se pode ignorar, sob pena de mutilar o acontecimento discursivo. Ele é, enfim, plurissignificativo e, por meio do pouco que enuncia, gera efeitos de sentido variados, conduzindo a um conjunto de possibilidades de compreensão a partir das pistas que semeia na sua materialidade e que permitem desencavar conteúdos implícitos que servem de alicerce para que o dito possa acontecer. A parte explícita do enunciado se ancora, de acordo com Elias (2000, p.83), em “padrões de avaliação”, que “estão quase sempre implícitos fazendo parte de um conjunto axiomático de crenças”.

PAINEL 1: DÍZIMO É COMUNIDADE. NUNCA TERÁ O SENTIDO DE ESMOLA, MAS O ESPÍRITO DE COLABORAÇÃO E DE SERVIÇO.

Em relação ao primeiro *painel*, chamar-se-á a atenção para alguns aspectos. O primeiro se refere à forma do primeiro enunciado:

a aparência de definição.<sup>2</sup> A fórmula  $X \text{ é } Y$  (preenchida, neste caso, por *Dízimo é comunidade*) geralmente é usada quando se trata de definir o que certa coisa é, assim como se faz com *Substantivo é a palavra que dá nome aos seres*, onde o termo definido é *substantivo*, sendo o restante aquilo que, supostamente, o individualizaria e daria a sua essência ontológica: assim, a natureza do dízimo seria ser comunidade. Sabe-se, no entanto, que a definição de dízimo deveria ser a de que ele é um valor financeiro pago para a manutenção dos serviços da igreja. Assim, o enunciado simula ser uma definição objetiva e empírica, quando, em verdade, qualifica ou caracteriza o dízimo, afirmando, de forma implícita, que comportamento o fiel deve ter, se pretende ser um dos contribuintes, ou seja, para pertencer à comunidade, ele deve participar e se responsabilizar por ela, o que permite inferir que aquele que não contribui não pertence a ela, já que, por não contribuir, ele não está integrado e não atende aos ditames do grupo social.

Pode-se dizer que, ao afirmar que dízimo equivale a comunidade, o enunciado afirma, por outro lado, que não efetuar a contribuição esperada é não pertencer ao grupo religioso, pondo o fiel numa situação inexorável de dever contribuir para não se sentir alijado. Se pagar o dízimo é pertencer à comunidade, fica pressuposto que não o fazer é não estar inserido nela, com as inferências lógicas (uma lógica que é cultural) de ser um mau fiel e um deslocado do grupo se impondo com uma relativa obviedade. E não vem ao caso se a não contribuição resulta de uma impossibilidade de fazê-lo: não pagar o dízimo é não participar da comunidade; e o fiel está em maus lençóis, restando-lhe um caminho apenas: ou efetuar a contribuição, ou se sentir alijado (ainda que o seja apenas moralmente e não em termos de uma expulsão objetiva da comunidade: porém deve-se perguntar se é necessário expulsar alguém que se sente alijado para

---

<sup>2</sup> Neste estudo, estarão sendo analisados cinco *painéis*: todos os que se achavam no local já mencionado. Acontece que, dado o estilo composicional deste texto, um artigo, até para efeitos de atender ao espaço que lhe é permitido usar, nem sempre se recorrerá explicitamente ao conjunto de conceitos elencados como constituindo o alicerce de base teórica na seção correspondente. Às vezes, eles serão demonstrados explicitamente, enquanto, em outros casos, eles ficarão pairando ao fundo como sustentáculo pressuposto. Espera-se que isto não seja danoso para as reflexões efetuadas ao longo deste artigo e nem comprometa a compreensão do leitor, que, certamente, saberá aplicar as noções utilizadas nos casos em que as mesmas não forem chamadas explicitamente para a discussão.

fazê-lo se sentir inconveniente e impertinente ou se a sensação de deslocamento e de não aceitação se impõe até de forma mais contundente com a permanência dentro de um grupo de que não se atende aos padrões).

No enunciado seguinte, por meio do marcador temporal de negação *nunca*, nega-se de forma veemente uma afirmação que, para ser negada, deve ser veiculada no contexto em que o *painel* foi publicado: que o dízimo seria esmola, ou seja, uma doação carregada de omissão e de desencargo de consciência. O que se afirma, então, é que, ao contribuir com o dízimo, o fiel não estaria dando uma esmola descomprometida e sem uma carga de responsabilidade. Este enunciado, na verdade, ratifica o anterior, chamando a atenção para o fato de que participar da comunidade por meio do dízimo é estar inserido nela, além do que veicula um elemento novo: se o dízimo não é esmola, mas uma forma de contribuição responsável, pagá-lo é uma necessidade imposta pela pertença social, que não se faz pela pura doação, mas pela inserção responsável. Desse modo, o fiel não é coagido apenas a contribuir, mas a se inserir na comunidade, sentindo-se responsável pelos seus destinos. Além da doação, há um chamado para o trabalho, neste caso. Gradualmente, o fiel é envolvido numa trama que lhe impõe novas obrigações, às quais ele não pode responder negativamente.

A contradição ao efeito de sentido de que o dízimo seria uma forma de esmola se faz de maneira explícita no último enunciado, que é introduzido pelo *mas*, em que se diz justamente que o dízimo tem *espírito de colaboração e serviço*, o que ratifica a idéia de *comunidade* e nega a de *esmola*. Contribuir para a igreja por meio do dízimo, portanto, é inserir-se nela, colaborando e trabalhando. Pode-se concluir, assim, que se tem um caminho só para seguir: pagar o dízimo, porque não o fazer é não pertencer à comunidade, não colaborar e não prestar serviço; é, por conseqüência, ser um peso para aqueles que colaboram e trabalham. Se as identidades são sociais e as pessoas carecem de grupos que as reconheçam e aceitem, parece óbvio que o comportamento decorrente seja o pagamento, assim como parece óbvio o peso sobre o que não contribui: ele não é um colaborador, não presta serviço e não pertence à comunidade. Eis pressupostos e inferências pesados que atingem a todos e os colocam na situação unilateral e unívoca de dizer *sim*. É claro que eles poderiam se desligar da comunidade, mas se sabe que não é este o procedimento usual.

DÍZIMO: IGUAIS... PERANTE...

PAINEL 2: DÍZIMO É A FORMA DE PARTICIPAR. RICOS E POBRES SÃO IGUAIS PERANTE O DÍZIMO.

Se, no primeiro *painel*, a relação entre o pagamento do dízimo e a participação se fazia de forma mais indireta, no segundo, ela adquire uma explicitude contundente, pois é dito, no primeiro enunciado, que a participação na comunidade se dá por meio do dízimo. Novamente, faz-se possível o movimento de raciocínio que afirma que quem paga o dízimo participa da comunidade e da igreja e quem não o faz se encontra fora do grupo. Chama a atenção, neste caso, o uso do artigo definido *a*, ao invés da utilização de uma expressão generalizante ou indefinida, como *uma das*. Ao afirmar que *Dízimo é a forma de participar*, implícita-se que ele é a única maneira de tomar parte na vida da igreja, isto é, ele é *a* forma. Sendo assim, ao fiel, não resta outra forma de participar, como pelo trabalho, por exemplo, que não seja pagando o dízimo. Qualquer outra maneira de participação não é legítima, não substitui a do dízimo, nem pode ser melhor do que ela. O encadeamento previsível em relação ao enunciado é *se x não paga o dízimo, x não participa da comunidade* e está rigorosamente fora do grupo. Ou se contribui com o dízimo, de acordo com a forma de participar, ou não se pertence à igreja. Eis que o crente se acha num beco sem saída, não tendo outra alternativa que não seja dizer *sim*. Que esta coação ocorra de forma consciente ou não, pouco interessa. E ela dá resultado, haja vista que não ocorre uma dissidência acentuada de fiéis por acontecimentos como estes.

E, para os mais reticentes, que poderiam alegar uma série de impeditivos para efetuarem a sua contribuição (serem pobres, terem que ajudar familiares, serem doentes), o segundo enunciado, prevendo a contra-argumentação que pode ocorrer, alerta que o dízimo é uma obrigação universal, ou seja, ela se aplica a ricos e pobres: ninguém está desobrigado de dar a sua contribuição, mesmo sendo pobre (o gaiato poderia dizer que não é rico nem pobre, mas se pode abstrair esta resposta nesta discussão, que, porém, é importante por revelar uma compreensão de mundo dicotomizada, dividindo-o em pares opositivos e que não passíveis de gradualidade). O operador argumentativo *e* é responsável pela criação desta universalidade generalizante. Se alguém pretendesse alegar, após o enunciado, *mas*

*eu sou pobre e ele é rico*, não mais está autorizado a fazê-lo e marcar posição contra a contribuição, pois, pobre ou não, afirma-se que ele deve contribuir. Alguns dos encadeamentos possíveis em relação ao segundo enunciado são *ricos devem pagar o dízimo, pobres devem pagar o dízimo e pobreza não é razão para não pagar o dízimo*. Assim, todos são obrigados a participar por meio do pagamento. Tecida esta trama argumentativa, o fiel se acha posto numa teia pegajosa e aderente, que não lhe dá meios de se desenredar e dizer *não*, a não ser que queira ser considerado um infiel e um mau exemplo para os demais. Posto nesta trilha inexorável, só lhe resta cumprir o ideal traçado de antemão.

Não se pode, também, deixar de dar atenção aos efeitos de sentido que se criam a partir do uso de dois ingredientes lingüísticos: o índice de avaliação *iguais* e o indicador de domínio *perante*. Com o uso de *iguais*, um elemento indicador de avaliação (um adjetivo, se se preferir) cria-se um efeito de sentido ambivalente, que gera, pelo menos, duas possibilidades de encadeamento: uma, no sentido de afirmar que tanto ricos quanto pobres devem contribuir com o dízimo, não sendo a falta de recursos de um, nem a avareza do outro, motivos para deixar de fazê-lo: não há como fugir; ambos terão que dar a sua contribuição. A outra se refere ao fato de que cada um deve contribuir em igual medida, de acordo com as suas posses, ou seja: se ambos são iguais, isto significa que cada um deve contribuir, obedecendo às regras que o outro obedece. Se o pobre deve doar 1% de sua renda como oferta, o rico também deverá fazê-lo. O valor final, é óbvio, será diferente entre eles.

Com o uso de *perante*, cria-se um efeito (que passou despercebido, é óbvio, se não ele não teria sido usado) lúdico, parecendo tratar-se, na verdade, de um ato falho: uma ocasião em que, insidiosamente, a língua diz mais do que deveria (num sentido específico, porque dizer mais do que diz ela sempre o faz). Com a afirmação de que *Ricos e pobres são iguais perante o dízimo* (não se pode deixar de atentar para o fato de que *Ricos* foi topicalizado e não *pobres*, o que é revelador de um certo olhar sobre o mundo), cria-se um limitador em relação a que a igualdade se refere, sendo a resposta *perante o dízimo* apenas. Nos demais casos, a igualdade deixaria de existir: e é aí que se encontra o humor e a ironia da falha cometida. Fugindo ao controle intencional do sujeito, veicula-se o pressuposto de que, nos domínios distintos do dízimo, a igualdade deixa de

existir (o que corrobora a hipótese levantada sobre a topicalização). Para quem conhece um pouco de como as coisas ocorrem nos templos religiosos, o ato falho parece constituir uma denúncia involuntária de uma desigualdade que se esfuma, quando é interessante que isso ocorra. Lapso ou imperfeição da língua, o que resta é que o enunciado volta o dedo para o enunciador, denunciando-o e revelando-o envolto pelas teias que erigiu. Como afirma Thompson (1998, p.14), “Os homens professam, protestam, comprometem-se, pronunciam grandes palavras, para depois fazer o que sempre fizeram. Como se fossem imagens mortas, instrumentos movidos exclusivamente pelas rodas do costume”.

Vê-se que, também no segundo *painel*, as estratégias discursivas utilizadas buscam cercar o interlocutor não lhe dando a alternativa de não ceder ao convite do dízimo, inclusive, antevendo uma reação e respondendo a ela antes que venha a acontecer. Aquele que, eventualmente, for pego em falta no momento de publicação dos *painéis* poderá se sentir tentado a saldar a sua dívida, ou, no caso de não ter como fazê-lo, poderá se sentir deslocado e como um membro que não participa efetivamente da comunidade.

#### DÍZIMO EQUIVALE A PROVA

PAINEL 3: DÍZIMO É ATO DE FÉ. PROVA QUE ACREDITAMOS QUE TUDO O QUE POSSUÍMOS VEM DE DEUS.

Em relação ao terceiro *painel*, vários aspectos são dignos de nota, entre eles, o fato de a retomada da estratégia definicional voltar a ser usada, não mais afirmando que dízimo é comunidade, com as conseqüências de doação e trabalho sendo impostas, mas afirmando que é um ato de fé. A colocação do dízimo agora ultrapassa uma dimensão financeira de participação, para alcançar a crença, a adesão e a convicção profunda: um ato de fé. Ou seja, a sua recolha demonstra a fé daquele que o paga. Se, portanto, por um lado, pode-se afirmar que contribuir com o dízimo manifesta a pertença profunda e convicta do fiel à igreja e à comunidade, por outro, pode-se concluir que aquele que não contribui, independentemente da causa, não tem fé e não merece estar no grupo, que se caracteriza, acima de tudo, pela comunhão de crenças, valores e percepções. Parece plausível afirmar que aquele que se depara com este enunciado e tenha pagado a taxa

seja levado a inferir que é um homem de fé, que é um membro ativo da igreja e que está cumprindo o seu papel de bom cristão, encadeamentos aceitáveis, assim como o são os seus contrários, no caso do que não tenha pago, que inferirá ser infiel e que deve sanar as suas pendências.

Pode-se ouvir uma voz discursiva dirigindo-se ao fiel e o interrogando quanto a ter pagado o dízimo, ao mesmo tempo em que lhe diz se é um homem de fé ou não, ao sabor da resposta que este der ao enunciado: resposta silogística, que estabelece uma cadeia lógica que afirma que, se o dízimo foi pago, isto depõe a favor da fé e da fidelidade do fiel, mas que, se não foi pago, isto demonstra a falta de fé e a infidelidade do fiel. Posto na condição inexorável de ter que responder que praticou o ato previsto ou não e na situação inelutável de ter que realizá-lo, se ainda não o fez, não resta outra saída, que não seja o recolhimento (ambiguamente) de sua obrigação, sob pena de se sentir indigno e infiel: indigno de ocupar um lugar e infiel com o papel que “escolheu” representar. Desse modo, o enunciado afirmativo passa a acumular valores performativos de questionamento, acusação e injunção, não dando outra saída a não ser atender aos seus ditames. Talvez se devessem investigar os efeitos gerados sobre quem tem que dizer *não* à pergunta, mas que não tem condições para atender à injunção: tarefa para psicólogos e não para este trabalho. Não se está cometendo uma heresia, ao se afirmar que o enunciado inicial do *painel* é manipulador e coercitivo.

O segundo enunciado do *painel* apresenta uma flutuação de sentido, uma ambigüidade, se se preferir, um tanto quanto difícil de explicitar, mas que não pode deixar de ser ouvida. À pergunta *O que prova?*, podem-se dar, em tese, duas respostas: *o dízimo* e *pagar o dízimo*. No primeiro caso, seria o dízimo, uma instituição tornada natural e ontologizada, que provaria a crença tratada logo à frente. Ele, por si só, enquanto entidade concreta e prática, demonstraria o fato de acreditar; ou seja, o simples fato de ele existir revelaria a crença que tudo o que se tem vem de Deus, mesmo que se queira negá-lo. Esta leitura talvez seja exatamente a que é feita pela comunidade, que não tem por que se interrogar sobre a produção do enunciado, tomando-o como uma afirmação positiva de um fato empírico. Neste caso, o dízimo aparece como uma entidade sem história e atemporal, tendo uma duração perene e sendo demonstrativo de um fato que o transcende.

No segundo caso, *pagar o dízimo* é que seria a prova da crença explicitada. Neste caso, retoma-se o fio de raciocínio que perpassa os demais *painéis* e enunciados e se podem recuperar pressupostos e inferências que são veiculados por meio do enunciado. Pagar o dízimo prova que se crê que tudo o que se tem vem de Deus e não pagar provaria o contrário. O tecido pressuposicional, neste caso, adensa-se e mais de um encadeamento a partir do enunciado se torna possível. Aplique-se, para a demonstração, a negação sobre determinadas partes do enunciado em:

- a) [Pagar o dízimo]<sub>1</sub> [prova que acreditamos]<sub>2</sub> [que tudo o que possuímos vem de Deus]<sub>3</sub>.
- a.1) [Não pagar o dízimo]<sub>1</sub> [prova que não acreditamos]<sub>2</sub> [que tudo o que possuímos vem de Deus]<sub>3</sub>.
- a.2) [Não pagar o dízimo]<sub>1</sub> [prova que acreditamos]<sub>2</sub> [que tudo o que possuímos não vem de Deus]<sub>3</sub>.

Cada um destes desdobramentos do enunciado corrobora o *topos* argumentativo posto em foco, com os seus negativos se impondo sobre o fiel e o colocando na condição de aceitar que deve contribuir com a taxa do dízimo. Outros desdobramentos seriam possíveis:

- a.3) [Não pagar o dízimo]<sub>1</sub> [não prova que não acreditamos]<sub>2</sub> [que tudo o que possuímos vem de Deus]<sub>3</sub>.
- a.1) [Não pagar o dízimo]<sub>1</sub> [não prova que acreditamos]<sub>2</sub> [que tudo o que possuímos não vem de Deus]<sub>3</sub>.
- a.2) [Pagar o dízimo]<sub>1</sub> [não prova que acreditamos]<sub>2</sub> [que tudo o que possuímos vem de Deus]<sub>3</sub>.

mas, então, outro seria o *topos* argumentativo, com outras formas tópicas sendo postas em discurso, remetendo a gradualidades outras que não aquelas previstas pelo *topos* eleito pelo enunciado como forma de conceber o mundo.

O que resta, enfim, como definitivo, a partir das malhas tecidas pelo *painel* 3, é o fato de que, se o fiel pretende se julgar como alguém que tem fé e que acredita que tudo o que tem vem de Deus, ele deve pagar o dízimo, ficando estabelecido, por meio do jogo textual, que, se ele não o fizer, é um ser sem fé e que não acredita na parte final do enunciado: *tudo o que possuímos vem de Deus*. Neste sentido, pode-se

fazer decorrer do *painel* que, quanto mais se estiver em dia com o dízimo, mais se poderá ter a certeza de ter fé e acreditar em Deus, com o conjunto de imagens positivas do fiel em relação a si sendo reforçado, e de que, quanto mais se estiver em débito com a contribuição propalada, mais se poderá crer que não se tem fé e não se acredita em Deus, com a representação do fiel em relação a si mesmo sendo demeritória. Como as pessoas carecem da inserção em grupos sociais e da avaliação positiva dos demais, é de se esperar que cada um faça o que pode para estar de acordo com o que se espera, evitando destoar do grupo, até porque não é pelo fato de estar no terreno religioso que julgamentos, observações e sanções deixam de ocorrer: em certas ocasiões, pode-se até dizer que são mais contundentes que em outros meios.

#### DÍZIMO: PARTICIPAÇÃO E PRAZER

##### PAINEL 4: DÍZIMO É PARTICIPAÇÃO. DEMONSTRA O PRAZER EM PARTICIPAR DA COMUNIDADE.

No quarto *painel*, como nos demais, uma predicação é efetuada sobre o dízimo, quando a sua definição discursiva é outra, que fica relegada ao silêncio. O *topos* do primeiro enunciado afirma que o dízimo equivale à participação, cujo sentido pode ser parafraseado por *pagar o dízimo é ser co-responsável pela comunidade*, fazendo parte efetiva dela e não sendo omissa, significações veiculadas por outros *painéis* e reiteradas agora. As formas tópicas relativas ao *topos* do enunciado são, quanto mais se está em dia com o dízimo, mais se participa da comunidade e, quanto menos, menos se é parte dela. Pode-se afirmar que, de novo, são produzidos os efeitos de que, para se fazer parte da comunidade e não ser um membro displicente, deve-se pagar o dízimo. O enunciado veicula o pressuposto de que quem não participa da igreja, participação que se manifesta no dízimo, não pertence à comunidade de fé e, portanto, é um corpo estranho no grupo, fazendo pesar sobre os demais a sua omissão e a sua não-participação pecuniária.

Em relação ao segundo enunciado, assim como no segundo enunciado do *painel* anterior, diante do verbo inicial, poder-se-ia colocar *O dízimo* e *Pagar o dízimo*. Está-se optando por manter o segundo caminho: *pagar o dízimo demonstra o prazer de participar da*

*comunidade* e não pagar, eis o pressuposto manipulador e injuntivo, demonstra o contrário, a não participação efetiva ou a omissão do fiel frente ao grupo. Acresça-se, porém, neste caso, que pagar o dízimo demonstraria o *prazer* da participação. Veicula-se, aí, portanto, um novo efeito de sentido, quando se compara este enunciado aos demais. Pagar o dízimo revela não somente o compromisso atuante do fiel, como o prazer e a alegria de fazê-lo, isto é: além de manifestar a fé, a crença, a adesão e a participação do membro da igreja, o pagamento da contribuição revelaria a boa vontade gratuita de quem o faz: o pagamento seria uma demonstração de doação feita com alegria. O fiel se vê, então, na contingência de pagar e fazê-lo sem que algum tipo de sentimento contraditório à sua ação se imponha. O fiel deve pagar o dízimo, deve participar da comunidade e tem a obrigação de atender a esses ditames de forma prazerosa. Tripla injunção que, talvez, pudesse acirrar os ânimos entre os interlocutores e que, no entanto, é aceita voluntariamente (no sentido de ser inconsciente): doçura insidiosa do elogio que enaltece aquele que se encontra em acordo com as expectativas do grupo a que pertence. Sem pretender caricaturar o quadro, poder-se-ia afirmar que os *painéis* funcionam como o espelho d'água em que Narciso se mira e reconhece como parte da fonte: o seu rosto atende aos traços fisionômicos valorizados e cultuados pelos demais. Como afirma Elias (2000, p.126), “Não [há] por que duvidar que tudo isso [seja] feito com inocência e boa fé, não tendo um caráter de maquinação e propaganda deliberadas”; ou: “É freqüente as crenças coletivas serem impermeáveis a qualquer dado que as contradiga ou a argumentos que revelem sua falsidade” (p.127).

Se o *topos* argumentativo, neste caso, é o *dízimo deve ser pago com prazer*, as formas tópicas são, quanto mais se sente prazer em pagar o dízimo, mais se está integrado às crenças da comunidade e, quanto menos o prazer está presente, menos se concorda com o que é esperado socialmente. Pode-se imaginar o caso de alguém que não pague o dízimo ou que não sinta prazer em fazê-lo, mas também se pode afirmar que, provavelmente, isso não será admitido publicamente e que esforços serão feitos no sentido de suprimir a ameaça que paira sobre a heterodoxia do infiel, seja por ele próprio, seja pelos demais: trata-se de levá-lo a levar-se ao bom senso.

DÍZIMO: COMO RENEGAR

PAINEL 5: DÍZIMO É UMA FORMA DE FÉ. SE CREIO EM DEUS, COMO POSSO RENEGAR-LHE UM PEQUENO TRIBUTO QUE LHE É DEVIDO?

No quinto *painel*, volta a ser usada a estratégia da estrutura de definição, desta vez pela afirmação de que *dízimo é uma forma de fé*, donde se pode inferir, antes de tudo, que aquele que não paga a taxa não tem fé, ou, pelo menos, uma de suas manifestações, o que dirige a reflexão para os efeitos gerados pelo artigo indefinido *uma*. Ser uma das formas de fé e não a forma faz pressupor que, ao lado do dízimo, existem outras maneiras de o fiel manifestar sua crença. Deve-se perceber que o dízimo, no seu sentido ontológico, é uma contribuição financeira e não algo espiritual, embora a dicotomia não possa ser radical, já que entre o espiritual e o terreno há uma interação dialética. O que importa frisar é que, antevendo a rejeição do dízimo como contrário ao que poderia ser suposto como espiritual, o movimento argumentativo se dá no sentido de negar que uma manifestação pecuniária possa ser dita não-religiosa, ao mesmo tempo em que se diz que ela não é a única, evitando a acusação de redução do religioso a algo material: a religião como caça-níquel. O movimento de reflexão se faz, portanto, no sentido de tentar evitar que a igreja seja acusada de estar centrada no dinheiro, impossibilitando, com isso, que o fiel a acuse de ser uma instituição econômica, ao mesmo tempo em que impõe sobre ele um conjunto de atitudes e comportamentos que deve ter para ser considerado fiel. Se dízimo é uma forma de fé, o crente se vê na injunção de pagar a contribuição, além de desempenhar as demais atividades que lhe são ditas serem as demais formas de fé: deve-se reconhecer, não poucas obrigações; pagar o dízimo e outras tantas. Não se pode deixar passar em branco o fato de que o dízimo é retomado sinonimicamente como *tributo*; portanto, um imposto, que nunca é leve. Teria sido o uso de *tributo* um ato falho ou um lapso?

O segundo enunciado, com três partes (ou seriam, na verdade, três enunciados), faz circular alguns efeitos de sentido aos quais não se pode fechar os olhos. O conectivo condicional *se*, já de início, produz um efeito de condicionalidade lógica, em que a estratégia silogística obriga o fiel a concluir que não pode negar o tributo que deve, pois o movimento se dá no sentido de afirmar que, se crê, não

pode renegar e que, se renega, é porque não crê. Como bom fiel, ele não pretende ser visto como indigno de pertencer ao grupo dos bons seguidores da Igreja. Assim, como alguém que crê em Deus (ou que julga desta forma), atender à atitude de recolher o tributo é óbvia.

Aplicando-se a estratégia da negação utilizada antes, ter-se-ia que, se se crê em Deus, não se pode renegar o tributo; se não se crê, pode-se renegar; e, se se crê, pode-se renegar o tributo, mas esta última forma de relação não mais seria feita a partir do *topos* argumentativo das duas primeiras. Posto, pois, nesta torrente de relações condicionais que o levam a concluir pela sua exemplaridade de cristão ou não, ao fiel não resta outra saída que não efetuar a contribuição como esperado.

Duas estratégias outras devem ser consideradas na segunda parte do segundo enunciado. A primeira se refere ao *como* interrogativo, no qual se pode afirmar a existência de uma entoação de indignação e de admoestação (de busca de adesão, se se preferir assim) por parte daquele que venha a enunciá-lo em voz alta. Pode-se pleitear que, ao invés de um tom de moderação e tranquilidade, um tom de reprimenda sobredetermina o uso deste ingrediente, visando impedir que alguma forma de recusa possa ser apresentada. A outra se refere ao uso do índice de avaliação *pequeno* que, antecipando-se ou respondendo àquele que possa julgar o dízimo como um fardo pesado, diz-lhe que o tributo é leve, não devendo exagerar o peso que julga ter sobre os ombros.

Na terceira parte do enunciado, uma última estratégia merece atenção: embora o enunciado como um todo ocorra em forma de pergunta e, como tal, possa receber uma resposta inesperada, esta parte se dá de uma forma positiva, afirmando que o tributo é devido e, pela lógica em que o enunciado se move, o que se deve se paga, não admitindo o contrário. Está-se dizendo que se deve e, se se deve, deve-se pagar: é o que determina uma dada cultura. E, talvez, mais importante que isso é o fato de que, no fio do discurso, a dívida é para com Deus: com isto, ficam desobrigados os que possam ter a ver com a cobrança, embora sejam homens (eles sempre poderão dizer que a contribuição é determinada por Deus ou pela Igreja), e cresce em escala de valoração a contribuição feita pelo fiel, assim como o peso da falha sobre quem não efetuou o pagamento. Há um deslocamento do que é terreno para o que é transcendental, mistura entre a fé e o dinheiro, injunção de uma forma única de ação, ao fiel em débito com

Deus, um débito que, aliás, é pequeno e manifesta fé, só resta se entregar ao apelo que é feito. Os discursos, já se afirmou isto antes, não têm todo o poder que lhes é dado nas análises realizadas, mas eles têm, deve-se reconhecer, uma dose de responsabilidade pelo que as pessoas são e fazem.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora se tenham analisado apenas cinco *painéis* de divulgação e de chamamento para a contribuição do dízimo e eles tenham sido coletados num lugar específico, podendo-se sempre pensar que os dados são pouco representativos ou não têm um alcance amplo de repercussão sobre a instituição de que emanam, ainda assim pode-se postular que eles não são aleatórios ou criados *ad hoc*, mas que se ancoram numa mentalidade cultural que os açambarca e relativamente determina o que e como devem dizer. Poder-se-ia afirmar que eles são recorrentes discursivamente, ou seja, que o que se afirma neles, mais do que um valor imediato, tem um efeito que deve ter um espaço mais amplo de recorrência e generalização: isto é, se eles aparecem numa igreja em especial, a atitude demonstrada não deve se reduzir a ela, mas ter um alcance mais geral, até porque se está em face do discurso religioso e se sabe o quanto ele é controlado e infenso a mudanças significativas.

Além disso, pode-se concluir que há entre eles uma forte dose de reiteração da compreensão do que o dízimo seria: ele está ligado à fé, deve ser pago com prazer, não retira o compromisso do fiel com outras tarefas, alcança a todos, é um débito para com Deus, não pode ser recusado, prova que se faz parte da comunidade, é um pequeno débito, entre outros sentidos que se reiteram e se reforçam entre si, cercando o fiel com um processo reiterativo de significações e o levando a memorizar aqueles que são os três princípios básicos do dízimo: manifestação da fé, débito com Deus, participação da comunidade. Com isso, veiculam-se os pressupostos de que não pagar o dízimo é não ter fé, ficar em débito com Deus e não participar da comunidade: alijamento, infidelidade, pendência, exclusão são algumas das representações que se agregam ao não pagante, seja ele um não contribuinte voluntário ou não. Deve-se lembrar que esta forma de qualificar o dízimo remete ao silêncio, o que ele é efetivamente, ontologizando-o de uma forma que encobre e mascara

a sua natureza real. Manipulação, enviesamento e sobredeterminação fazem com que um débito mundano se transforme em algo divino, hipervalorizando-o e fazendo sobrepor-se o sagrado ao profano, com a elisão do segundo e a exaltação do primeiro.

Por fim, por meio da recorrência de efeitos de sentido sobre o dízimo e de pressupostos e inferências que são veiculados com o objetivo de reforçar o que ele seria, vê-se desfilar uma estratégia discursiva que não deixa ao fiel escolha de caminhos alternativos que ele poderia trilhar num sentido ou noutro. Só lhe resta como possibilidade pagar o dízimo e ser tido como membro ativo da comunidade, pessoa portadora de fé e que cumpre com as suas obrigações; ele poderia não fazê-lo, independentemente da causa, mas teria, então, agregadas a si as imagens nada agradáveis de relapso, infiel, parasita e faltoso com as suas obrigações sociais. O efeito que isso pode causar na auto-imagem, tanto daquele que está em dia com a contribuição, quanto daquele que não está, não se pode determinar aqui, mas se pode pressupor que, de um lado, ter-se-á uma consciência apaziguada e, de outro, uma consciência aos sobressaltos, que se cobra o não cumprimento das suas obrigações. Não devem faltar casos de pessoas que pagam o dízimo, mesmo sendo financeiramente carentes, às vezes, em detrimento de necessidades outras mais urgentes. Já se disse que o discurso, e uns poucos *painéis* neste caso, não tem todo este poder de condicionamento comportamental, mas se pode adivinhar o efeito que possui, quando usado num longo processo de reiteração e ratificação que, às vezes, transcende uma vida concreta, adquirindo ares de naturalização ontológica.

#### REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 8.ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

BARTHES, Roland. *Aula*. Trad. Leyla Perrone-Moisés. 6.ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2000.

BERGER, Peter L. *Perspectivas sociológicas: uma visão humanística*. Trad. Donaldson M. Garschagen. 26.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. Trad. Sergio Miceli e outros. 2.ed. São Paulo: Edusp, 1998.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Rev. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

DUCROT, Oswald.. *Argumentação e topoi argumentativos*. In: GUIMARÃES, Eduardo (Org). História e sentido na linguagem. Campinas: Pontes, 1989. p.13-38.

ECO, Umberto. *A obra aberta*. Trad. Giovanni Cutolo. 8.ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

\_\_\_\_\_. *Lector in fabula*. Trad. Attilio Cancian. São Paulo: Perspectiva, 1986.

\_\_\_\_\_. *Interpretação e superinterpretação*. Trad. MF. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_. *As formas do conteúdo*. Trad. Pérola de Carvalho. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações a partir de uma pequena comunidade*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 2.ed. São Paulo: Pontes, 1997.

\_\_\_\_\_. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi et al. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Trad. Rosaura Eichenberg. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Recebido em outubro de 2007  
e aceito em abril de 2008.

**Title:** *A blind alley*

**Abstract:** *This paper aims to analyze some church banners dealing with the issue of tithes in order to unveil their discursive strategy, a strategy which prevents the churchgoer from saying "no" to the contribution. The analysis considers just their linguistic constitution without observing their images or spatial distribution. The theoretical support for the analysis is the work of Ducrot, especially the concepts of argumentative topoi and topical forms. It is also supported by the notions of presuppositions and inference because it is by their application that the discursive coercion occurs.*

**Keywords:** *cultural practice; discursive practice; tithe.*